

RECURSO ESPECIAL Nº 1.694.999 - MG (2017/0217181-6)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : **NUCLEOS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL**
ADVOGADO : **MARIA INES CALDEIRA PEREIRA DA SILVA MURGEL** -
MG064029
RECORRIDO : **SEBASTIÃO DE FÁTIMA ALVIM**
ADVOGADO : **SUELI CHIEREGHINI DE QUEIROZ FUNCHAL** - MG061330B

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. AÇÃO OBJETIVANDO O REPASSE À COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA DA VERBA SALARIAL CUJO DIREITO FOI RECONHECIDO EM RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. PEDIDO QUE SE RESTRINGE À ANÁLISE DAS REGRAS ESTATUTÁRIAS. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por Núcleos Instituto de Seguridade Social, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais assim ementado (e-STJ, fl. 325):

APELAÇÃO CÍVEL - EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA - REAJUSTE DE BENEFÍCIO DA PREVIDÊNCIA PRIVADA - RELAÇÃO DE TRABALHO MANTIDA COM A EMPRESA PATROCINADORA DA INSTITUIÇÃO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. O Supremo Tribunal Federal, em recente decisão, resolveu que compete à Justiça do Trabalho apreciar as causas que versem sobre complementação de aposentadoria, a cargo de entidade de previdência privada, decorrentes de contrato de trabalho. Preliminar acolhida e competência para a Justiça do Trabalho declinada.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Nas razões do apelo especial, alega a insurgente que, ao determinar a remessa dos autos à Justiça do Trabalho, o Tribunal de origem incorreu em ofensa aos arts. 18 e 68 da Lei Complementar n. 109/2001, pois, considerando que os benefícios de complementação de aposentadoria recebidos pelo recorrido não integram o contrato de trabalho, a Justiça laborista não é competente para o julgamento da causa.

Contra-arrazoadado (e-STJ, fls. 567-570), o recurso foi admitido (e-STJ, fl. 589), vindo os autos a este Tribunal.

Brevemente relatado, decido.

Na origem, cuida-se de ação proposta por Sebastião de Fátima Alvim em desfavor da ora recorrente, objetivando o repasse à sua suplementação de aposentadoria, do valor correspondente à verba salarial cujo direito foi reconhecido na reclamação trabalhista ajuizada contra sua ex-empregadora, com a consequente apuração dos valores em atraso, desde a data da prolação da sentença, acrescidos de juros de mora e correção monetária (e-STJ, fls. 14-17).

Em primeiro grau, o pedido foi julgado procedente para condenar a ré ao pagamento da "diferença de suplementação de aposentadoria por tempo de serviço do autor, considerando os mesmos índices aplicados pelo INSS ao respectivo benefício, a partir da data da concessão deste, observadas as normas existentes no Plano Básico de Benefícios. Os valores em comento serão objeto de liquidação por cálculos aritméticos, os quais sofrerão atualização monetária segundo as tabelas da egrégia Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, bem como vencerão juros moratórios de 1% ao mês, ambos a partir da data de concessão do benefício pelo INSS. Condeno a ré ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 15% do valor do débito liquidado, bem como ao pagamento das despesas processuais" (e-STJ, fl. 288).

Irresignada, a entidade de previdência privada apelou, tendo o Tribunal de origem, de ofício, reconhecido a incompetência absoluta do Juízo cível para o julgamento da causa, determinando o envio dos autos para a Justiça laboral, nos termos do acórdão acima ementado.

Conforme a jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, compete à Justiça estadual processar e julgar litígios instaurados entre entidade de previdência privada e participante do plano de benefícios, envolvendo apenas de forma indireta aspectos da relação laboral, como no caso, em que inclusive foi reconhecida a ilegitimidade da ex-empregadora para integrar o polo passivo da demanda (e-STJ, fls. 209-215).

Nesse sentido:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA - COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA - ACÓRDÃO PROFERIDO PELA SEGUNDA SEÇÃO NO SENTIDO DE DECLARAR A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. INSURGÊNCIA DA ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA.

1. (...).

2. Na ação originária, pretende-se, apenas, a revisão da aposentadoria complementar da autora, porquanto, conforme se alega, determinada verba por ela recebida durante a vigência de seu contrato de trabalho deveria ter sido considerada no cálculo do qual resultou o valor do respectivo benefício.

3. Inexistindo controvérsia envolvendo o reconhecimento de relação empregatícia ou o pagamento de verbas daí decorrentes, afasta-se a competência da Justiça do Trabalho (AgInt no CC 148.647/RS, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Segunda Seção, julgado em 11/10/2017, DJe 19/10/2017).

4. Embargos declaratórios acolhidos, com efeitos modificativos, para dar provimento ao agravo regimental e declarar a competência do Juízo da 1ª Vara Federal de Niterói/RJ.

(EDcl no AgRg nos EDcl no CC n. 135.970/RJ, Relator o Ministro Marco Buzzi, Segunda Seção, DJe de 9/11/2017);

AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. DIFERENÇAS SALARIAIS. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. REFLEXOS. FONTE DE CUSTEIO. ALTERAÇÃO. INCLUSÃO DE EMPREGADOR E DE ENTE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. CUMULAÇÃO INDEVIDA DE PEDIDOS. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. LIMITES DA ÁREA DE JURISDIÇÃO. RESTRIÇÃO. SÚMULA Nº 170/STJ. INCIDÊNCIA.

1. A competência para o julgamento da demanda é fixada em razão da natureza da causa, que é definida pelo pedido e pela causa de pedir deduzidos na exordial.

2. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar ação trabalhista que busca obter diferenças salariais e indenizatórias decorrentes de vínculo empregatício, mesmo que, indiretamente, haja modificação da fonte de custeio para fins de complementação de aposentadoria.

3. Compete à Justiça Comum o julgamento de ação relacionada à complementação de benefício previdenciário, pois a causa de pedir e o pedido se originam de contrato celebrado com entidade de previdência complementar, o qual possui natureza eminentemente civil, envolvendo apenas, de maneira reflexa, os aspectos da relação de trabalho. Precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.

4. Havendo cumulação de pedidos envolvendo matérias de diferentes competências, deve a ação prosseguir perante o juízo onde foi inicialmente proposta, nos limites de sua competência, sem prejuízo do ajuizamento de nova demanda, com o pedido remanescente, no

Superior Tribunal de Justiça

juízo próprio. Entendimento da Súmula nº 170/STJ.

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg nos EDcl no CC n. 142.645/RJ, Relator o Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Segunda Seção, DJe de 1º/3/2016).

O caso em análise amolda-se aos precedentes do STF julgados com repercussão geral (RE n. 586.453 e 583.050), por se tratar de pretensão que envolve a interpretação de regras estatutárias, sendo a causa de pedir e o pedido eminentemente de natureza civil, uma vez que a questão trabalhista já foi dirimida no julgamento da ação proposta perante a Justiça especializada, remanescendo, portanto, apenas a definição acerca da repercussão financeira da referida sentença no valor da suplementação de aposentadoria do autor.

Verifica-se, portanto, que ao reconhecer a incompetência absoluta da Justiça cível para o julgamento da causa, determinando o encaminhamento dos autos à Justiça do Trabalho, o Tribunal de origem divergiu da orientação desta Corte sobre a matéria, devendo, por isso, ser reformado.

Ante o exposto, dou parcial provimento ao recurso especial, apenas para determinar o retorno dos autos ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que deverá prosseguir no julgamento da apelação, como entender de direito.

Publique-se.

Brasília, 24 de março de 2020.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator